



## A crise dos acordos de paz

Do Rio de Janeiro,  
Luiz Lourenço

“O processo de paz [do Oriente Médio] vive talvez uma crise terminal”. O alerta é de um dos mais importantes porta-vozes do imperialismo americano, o jornal “The Washington Post” (25/4/1997). Longe estão os dias em que a imprensa e as redes de TV difundiam até a exaustão os muitos apertos-de-mão entre o presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, e o primeiro-ministro israelense. Até o fechamento desta edição de *Correio Internacional*, apesar dos esforços de Dennis Ross, enviado especial do governo Clinton para a região, Arafat e o premier israelense, Benjamin Netanyahu, não conseguiam chegar a um acordo mínimo que permitisse sequer um encontro ritual. A maior parte das metas dos acordos de paz assinados em 1993 não tinham sido cumpridas e a discussão sobre o acordo definitivo para a região – onde seria abordada a questão do Estado palestino – prevista pelos próprios acordos, sequer começara.

O estopim da crise foi a decisão do governo israelense de autorizar a construção de um novo bairro judeu em Jerusalém oriental, no subúrbio de Jabal Abu Ghenaïm – chamado de Har Homa pelos israelenses – anunciada em Março e formalizada no início de Abril. Com essa decisão, Netanyahu tentou apaziguar suas bases de extrema-direita, revoltadas pelo acordo que levava a uma retirada parcial das tropas israelenses da cidade de Hebron. O resultado que obteve, porém, pôs a nu a contradição de todo o processo de paz: mesmo as pífias concessões aos palestinos encontram uma oposição acirrada por parte da extrema-direita, que cada vez mais é o único sustentáculo do próprio Estado de Israel. Para apaziguar esses



setores, que são sua base eleitoral, Netanyahu provocou a revolta palestina, que chegou à beira de uma nova Intifada e não deixou qualquer margem para que o arqui-conciliador Arafat mantivesse as negociações.

### A questão de Jerusalém

Construir o novo bairro judeu em Jerusalém não foi mais que a gota d'água de uma política que vem sendo aplicada lenta mas firmemente pelas autoridades israelenses e que significa uma verdadeira limpeza étnica na parte árabe da cidade. Jerusalém foi dividida depois da proclamação do Estado de Israel, em 1948, e a consequente guerra entre as forças sionistas e a resistência palestina. A metade oriental ficou sob o controle da Jordânia, mas foi ocupada durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967, e ile-

galmente anexada. Desde então, a política de Israel tem sido a de expulsar a todo custo a população palestina, tornando sua vida impossível e expropriando suas terras.

Desde 1967, cerca de 70 quilômetros quadrados foram anexados à Prefeitura de Jerusalém, a maioria deles ao abrigo de uma lei que autoriza as expropriações para o bem público. Cálculos da vereadora Anat Hoffman, citada pela agência de notícias Inter-Press, mostram que a população palestina da cidade paga de 20% a 30% de todos os impostos municipais, e recebe apenas 6% a 8% dos serviços públicos.

Os cerca de 160 mil palestinos de Jerusalém vivem apinhados em casas miseráveis, e não conseguem autorização para construção. Cerca de 88% das moradias construídas em Jerusalém desde 1967 foram destinadas aos

israelenses, e apenas 12% aos palestinos, que enfrentam um déficit habitacional de mais de 20 mil residências. O resultado é que um terço dos habitantes palestinos da cidade vivem à razão de três ou mais pessoas para um quarto.

Qualquer tentativa de resolver o problema à revelia do Governo israelense é severamente punida. As construções clandestinas são imediatamente derrubadas pelos soldados israelenses. Segundo entidades de direitos humanos, mais de 120 residências palestinas foram demolidas desde 1993 em Jerusalém oriental e na Cisjordânia.

### Limpeza étnica

Não contente com isto, o governo sionista vem aplicando uma política de expulsão sistemática da população palestina da cidade.

*“Eles querem criar uma situação demográfica em Jerusalém de modo a que a população árabe se reduza de tal forma que os negociadores palestinos não possam usar o argumento da demografia como base para sua reivindicação de soberania”,* explica a pesquisadora Ingrid

Jardat-Gassner, do Centro de Informação Alternativo.

A aspiração dos palestinos é ter Jerusalém como a capital de seu Estado. De tal maneira essa vontade está arraigada nas massas palestinas, que essa é uma das poucas bandeiras que Arafat ainda não baixou. Netanyahu, porém, não quer ouvir falar nem mesmo em ceder uma parte da cidade. Pouco lhe importa que a anexação de Jerusalém seja ilegal aos olhos de todos os organismos internacionais. A ONU já deu suficientes provas de que só age para fazer cumprir suas resoluções quando estas satisfazem o imperialismo americano. E este vem dando total respaldo aos governos israelenses, incluindo o do Likud.

De acordo com os acordos de Oslo, a fase final das negociações teria que dar uma solução para a questão de Jerusalém, que é a capital espiritual de três religiões – islâmica, católica e judaica. Enquanto não começam essas negociações – se é que alguma vez vão começar – o governo israelense faz o possível para expulsar os palestinos da cidade, recusando-se a renovar seus vistos de residência.

Em 1967, depois da ocupação da

parte oriental da cidade, o governo israelense fez um censo e atribuiu o estatuto de residente permanente a 66 mil árabes. Em 1988, a legislação mudou e os palestinos de Jerusalém passaram a ser vistos como imigrantes, submetidos às leis de imigração de Israel. Assim, todos os palestinos residentes na cidade que obtiverem um visto de residência em outro país ou que deixem de viver por um determinado período na cidade, perdem seu direito de residência. Os cidadãos israelenses de Jerusalém não têm que se submeter às mesmas leis, já que não são considerados imigrantes. Como, devido à falta de moradia, muitos palestinos estão se vendo obrigados a mudar para os subúrbios, há mais de 60 mil em risco de perder o visto de residência.

*“É uma deportação silenciosa”,* denuncia o grupo de direitos humanos B'tselem and Hamoked.

Os palestinos representam hoje 28% da população de Jerusalém. Na parte oriental da cidade, um de cada dois moradores é palestino. Caso se concretizassem as 60 mil expulsões, o número de palestinos em Jerusalém oriental cairia para um a cada três. O próximo passo das autoridades locais vai ser um recadastramento de toda a população da cidade, substituindo os atuais documentos de residência por cartões magnéticos.

Por enquanto, os palestinos que perderam sua autorização de residência não foram forçados a deixar a cidade. Mas a sua vida se torna impossível, já que perdem o direito aos benefícios da saúde pública ou de poder matricular os filhos nas escolas públicas. Alguns deles perdem mesmo a única forma de atravessar legalmente fronteiras internacionais. Ao mesmo tempo, o governo israelense deixou de dar autorizações de residência ao abrigo do direito de “reunificação das famílias”, que permite que os filhos vão viver com os pais. Oficialmente, o motivo é a falta de funcionários para dar



vazão aos oito mil pedidos acumulados desde 1994. Mas o próprio ministro do Interior israelense, Eli Suissa, não escondeu suas verdadeiras intenções: *"Vamos lutar com todas as nossas forças nesta guerra por Jerusalém, seja usando a lei ou os planos de construção, ou mesmo fazendo aprovar uma nova lei."* ("Washington Post", 5/5/97)

A batalha por Jerusalém, como diz Suissa, é o maior símbolo do impasse a que chegaram as negociações de paz. O governo do Likud quer deixar os palestinos diante de um fato consumado: sua expulsão gradual da cidade onde eles queriam proclamar a capital de seu Estado. Netanyahu quer que o povo palestino fique confinado em territórios semelhantes em tudo aos bantustões que existiam na África do Sul durante o regime racista, e faz questão de deixar bem claro que esses territórios de autonomia nada têm a ver com um estado.

### A vida piorou com o processo de paz

As primeiras retiradas de soldados israelenses de Gaza e Cisjordânia foram saudadas pelos palestinos dos territórios ocupados com grande alegria. Mesmo sabendo que se trata de uma retirada muito limitada, ain-

da assim ela parecia o primeiro passo para a tão sonhada independência. Mas passados três anos e meio da assinatura dos processos de paz, é impossível deixar de constatar que a vida piorou para a maioria da população dos chamados territórios de autonomia.

Vale a pena lembrar que esses territórios são centros urbanos com colônias judaicas no seu interior e rodeados por território controlado pelas tropas israelenses. Como definiu o intelectual palestino Edward Said, ex-membro do Conselho Nacional Palestino, "são um 'arquipélago', que deixou Gaza e a Cisjordânia divididas em pequenas partes sem continuidade territorial ou soberania" (palestra publicada na Internet, em <http://www.MiddleEast.org>). As estradas que ligam os enclaves palestinos uns aos outros são controlados pelas tropas israelenses. Israel se recusa a cumprir a parte do acordo que garantia uma via de acesso segura entre Gaza e a Cisjordânia, a construção de um porto e um aeroporto em Gaza. Os palestinos controlam atualmente apenas 3% da Cisjordânia, e têm um controle parcial de 24% de seu território.

E os assentamentos judaicos não param de crescer. "Uma cidade como Ramallah tem atualmente colônias em três lados diferentes", denuncia Said.

Entre Setembro de 1993 e Maio de 1996, quando o Likud chegou ao poder em Israel, o número de colonos na Cisjordânia passou de 100 mil a 140 mil. Só no ano de 1996, o número de habitantes das 36 colônias judaicas de Gaza e da Cisjordânia cresceu em 13 mil pessoas ("Le Monde Diplomatique", Abril de 1997).

Ilhados pelas tropas sionistas, os palestinos dos territórios autônomos vêem sua situação econômica piorar a cada dia. Por força do acordo econômico firmado em Paris, em Abril de 1994, Israel mantém um controle quase completo de toda a economia palestina: as importações para os territórios estão submetidas a todos os impostos israelenses; já as exportações só podem ser feitas através de intermediários de Israel. O único papel econômico deixado aos palestinos é serem mão-de-obra barata para os israelenses, que, mesmo assim, com o intuito de sufocar a economia palestina, a limitam ao máximo: antes dos acordos de paz, cerca de 130 mil palestinos trabalhavam em Israel; agora, apenas 40 mil ainda conseguem fazê-lo.

O resultado de tudo isto é o desemprego, que em Gaza e Cisjordânia era de 13% antes de 1993, e hoje chega aos 34% ("Le Monde Diplomatique" de abril de 1994). Outras fontes falam em números mais catastróficos ainda. Em Gaza, o anúncio de que 17 varredores de rua seriam contratados mobilizou mais de 5.000 candidatos.

Uma simples comparação dá uma idéia clara da miséria em que estão mergulhados os palestinos: a renda per capita média de Israel é de US\$ 14.500, contra US\$ 1.500 na Cisjordânia e US\$ 700 em Gaza. Finalmente, Israel controla mais de 90% dos recursos hídricos nos territórios ocupados. Em Gaza, 50% da água disponi-



vel é reservada aos 4.500 colonos judeus, enquanto os mais de um milhão de palestinos têm que se contentar com a restante.

É este o pano de fundo que explica a crise do processo de paz e a explosão dos palestinos diante da nova provocação de Netanyahu. As pérfidas migalhas cedidas pelo governo israelense não foram uma benesse do governo Clinton ou dos trabalhistas: foram arrancadas pelas massas palestinas e sua Intifada. Israel foi forçado a sentar à mesa de negociações para desviar a Intifada. Infelizmente, a direção da Organização para a Libertação da Palestina caiu na armadilha e aceitou os vergonhosos acordos de Oslo, desviando a mobilização e assumindo o papel de governo colaboracionista. Agora, porém, passada a euforia dos primeiros momentos, as conseqüências reais dos acordos estão vindo à tona com toda a crueza. Arafat não tem mais como justificar suas permanentes concessões.

### Crise política enfraqueceu Netanyahu

Tendo que lidar com as ameaças de uma nova intifada Palestina, o primeiro-ministro israelense por pouco não viu terminada abruptamente sua carreira política devido a um escândalo interno. Em Janeiro, um jornalista do Canal 1 de televisão acusou Netanyahu de ter nomeado para a Procuradoria-Geral o advogado do Likud Roni Bar-On como fruto de uma sórdida negociata política. A nomeação de Bar-On causara tanta estranheza, devido à falta de qualificação do nomeado, que durou poucos dias: o próprio Bar-On renunciou ao cargo diante dos protestos de juristas e advogados, sem sequer visitar seu gabinete. A denúncia do jornalista Ayala Hasson explicou a nomeação de Bar-On como a contrapartida que Netanyahu dera ao apoio do partido Shas, de extrema direita, a seu governo. Mas que interesse tinha o Shas especificamente no

cargo da Procuradoria-Geral? Sua intenção era arquivar definitivamente os processos de corrupção a que o líder do partido, Aryeh Deri, responde há anos.

O escândalo cresceu ao ponto de ser aberta uma investigação que pôs Netanyahu à beira da renúncia. Em Abril, porém, o novo Procurador-Geral decidiu não indiciar o primeiro-ministro, que reconheceu ter cometido um erro, "mas não um crime".

A crise, porém, enfraqueceu Netanyahu e o deixou ainda mais refém

da extrema-direita. No final de Abril, procurando reforçar-se diante de sua base eleitoral, o primeiro-ministro fez constar que tinha planos para construir novos bairros judeus em Jerusalém oriental. Segundo o jornal israelense "Maariv", o Ministério da Habitação já teria planos para construir mais centenas ou até mesmo milhares de casas. Em 10 de Maio, o "Washington Post" citou fontes do governo israelense para dizer que Netanyahu pretende manter o controle de 60% do território da Cisjordânia, incluindo toda a fronteira com a Jordânia.

## Por uma nova Intifada

O povo palestino vive hoje um dilema dramático. Já está mais que provado que continuar a depositar confiança na liderança de Arafat não vai levar à construção de um Estado palestino, mas apenas a uma vida miserável em bantustões cercados de soldados israelenses armados até os dentes.

"Esta é a crueldade do dilema palestino. Nós queremos mostrar que desejamos a paz, porém, devido a essa 'paz', as vidas quotidianas de todos os palestinos - exceto de um punhado de ricos empresários, chefes de segurança e funcionários da Autoridade Palestina - pioraram consideravelmente", observa Edward Said. O intelectual palestino, que teve seus livros proibidos de circular nos territórios por ordem da Autoridade Palestina, denuncia a grande imprensa internacional por não relatar "que milhares de estudantes de Gaza não podem voltar às suas escolas e universidades na Cisjordânia, fechadas pelos israelenses; nada sobre o grande número de palestinos que ainda estão nas prisões israelenses (e em alguns casos sendo torturados até a morte); nada sobre os horrores

que uma família de Gaza com o pai desempregado têm que passar para sobreviver; nada sobre as represálias sistemáticas, quase diárias, contra os palestinos que tentam evitar as expropriações feitas pelos colonos israelenses e pelo Exército; nada sobre o que significa para um palestino tentar entrar e sair de Gaza (ou sobre os habitantes da Cisjordânia que foram proibidos de entrar em Jerusalém por um ano); nada sobre os postos de controle que fazem os pequenos enclaves da Cisjordânia parecerem guetos."

A alternativa a esta situação está na retomada da Intifada, a revolta do povo palestino. É preciso uma nova Intifada que expulse os colonos da Cisjordânia, Gaza e Jerusalém e que impeça novas colônias. Que arranque as cadeias os presos políticos, incluindo os que estão nas prisões de Arafat. Que estenda a luta a toda a região, ao Sul do Líbano e à Síria, na perspectiva de derrotar definitivamente o gendarme sionista e construir uma Palestina laica, não-racista e democrática na perspectiva de uma Federação Socialista dos países do Oriente Médio.

RJ